

RECURSO ADMINISTRATIVO

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE MERCEDES
– PR**

Pregão Eletrônico nº 30/2026

Processo Licitatório nº 60/2026

UASG: 985531 – MUNICÍPIO DE MERCEDES – PR

Lei nº 14.133/2021

RECORRENTE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 55.356.846/0001-50, com Endereço na rua Pastor Ernesto Gerstberger, nº 180, na cidade de Nova Santa Rosa, Estado de Paraná, que neste ato regularmente representado por seu Sócio Proprietário, Srº Egon Miguel Schulz, vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão que declarou vencedor o licitante do Item 09, pelos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos pelas razões que passa a expor.

Recorrido: Julgamento da proposta do item 9.

Licitante favorecido: 54.711.134 REIDNER RODRIGO NIENKOETTER – CNPJ: 54.711.134/0001-40

I – DOS FATOS

O edital do certame, em seu item 4.9, estabeleceu de forma expressa que a contratada deverá fornecer catálogo contendo as características do material ofertado, incluindo marca, modelo, tipo, fabricante e especificações técnicas.

Ocorre que o Licitante favorecido apresentou proposta desacompanhada de catálogo ou ficha técnica do produto ofertado, limitando-se à mera indicação de marca e modelo, sem a devida comprovação das especificações exigidas.

Ressalta-se que, durante a sessão pública, o próprio licitante questionou a necessidade de apresentação do catálogo, tendo sido orientado pelo pregoeiro de que seria suficiente a indicação da marca e modelo (Anexo I). Tal orientação, contudo, contraria diretamente disposição expressa do edital.

Dessa forma, restou configurada a aceitação de proposta em desacordo com as exigências editalícias, em prejuízo à isonomia entre os licitantes e à observância das regras previamente estabelecidas.

II – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve observar, dentre outros, os princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

O edital é a lei interna da licitação, vinculando tanto a Administração quanto os licitantes, não sendo permitido ao pregoeiro afastar ou flexibilizar exigências nele previstas durante a condução do certame.

No presente caso, ao dispensar a apresentação de catálogo técnico expressamente exigido no item 4.9 do edital, o pregoeiro violou diretamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tornando o julgamento irregular.

III – DA NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA

A exigência de catálogo ou ficha técnica não constitui formalidade dispensável, mas sim elemento essencial para verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações técnicas do edital.

A simples indicação de marca e modelo não substitui a comprovação técnica, sendo indispensável a apresentação de documentação que permita à Administração aferir se o produto atende aos requisitos mínimos estabelecidos.

Ao admitir proposta desacompanhada dessa comprovação, a Administração incorre em risco de contratação de objeto em desacordo com o edital, comprometendo a segurança e a regularidade do certame.

IV – DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

A conduta adotada viola também o princípio da isonomia, uma vez que permite tratamento diferenciado entre os licitantes.

Enquanto alguns participantes cumprem integralmente as exigências editalícias, outros são beneficiados com a flexibilização indevida dessas regras, o que compromete a igualdade de condições na disputa.

V – DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que a Administração deve observar rigorosamente as regras estabelecidas no edital, sendo vedada a aceitação de propostas em desconformidade com suas exigências.

Nesse sentido, o Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário do TCU estabelece que a Administração está estritamente vinculada ao edital, não podendo descumprir suas normas nem criar critérios não previstos.

Da mesma forma, o Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário reforça que a inobservância das exigências editalícias compromete a legalidade do certame e pode ensejar a anulação dos atos praticados.

Entretanto, o entendimento consolidado do TCU é no sentido de que a aceitação de proposta sem a devida comprovação das especificações técnicas exigidas viola o princípio do julgamento objetivo, por impossibilitar a adequada verificação da conformidade do objeto ofertado.

VI – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- a) o conhecimento e provimento do presente recurso administrativo;
- b) a reforma da decisão que declarou vencedor o licitante do Item 09;
- c) a desclassificação da proposta apresentada em desacordo com o item 4.9 do edital, em razão da ausência de catálogo ou ficha técnica;
- d) o prosseguimento do certame com a análise das propostas remanescentes, nos termos da legislação aplicável.

Nestes termos, pede deferimento.

Nova Santa Rosa – PR, 16 de abril de 2026.

55.356.846 EGON MIGUEL SCHULZ
55.356.846/0001-50

ANEXO I

^ Chat

Bom dia, sr. licitante. Está logado?

13/04/2026 às 08:36

Considerando a desclassificação para o item 09, pedimos para que o Sr. retifique sua proposta de preços incluindo este item, bem como encaminhe também a ficha técnica do item.

13/04/2026 às 08:36

 Sr. Fornecedor 54.711.134 REIDNER RODRIGO NIENKOETTER, CNPJ 54.711.134/0001-40, você foi convocado para enviar anexos para o item 5. Prazo para encerrar o envio: 10:40:00 do dia 13/04/2026. Justificativa: Proposta atualizada incluindo o item 09.

13/04/2026 às 08:36

 Bom dia Sr. Pregoeiro, sobre a ficha técnica do item 9 preciso enviar mesmo que o produto que estou oferecendo seja os mesmos da referência do edital?

13/04/2026 às 08:57

Não, só informe a marca e o modelo na proposta.

13/04/2026 às 09:03